

# **Psicose e desemprego: um paralelo entre experiências psicossociais de ruptura biográfica**

**Marcelo Afonso Ribeiro<sup>1</sup>**

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Este artigo visa analisar o contexto atual de transição do mundo do trabalho, no qual os processos organizativos de reestruturação produtiva e flexibilização desarranjaram sua configuração ao fragilizar as instituições reguladoras da sociedade e romper com os paradigmas vigentes pela diluição das fronteiras psicossociais determinantes dos papéis e das identidades que são construídas na relação com o mundo. Partindo do pressuposto que o trabalho continua sendo central para a sociabilidade humana, podemos perceber que a flexibilização de sua forma tem causado experiências psicossociais significativas de ruptura de vida e que, se antes atingiam somente alguns grupos tradicionalmente excluídos, agora podem atingir potencialmente a todas as pessoas. Como forma de refletir sobre essa questão, traçou-se um paralelo entre a experiência tradicionalmente instituída de ruptura da crise psicótica e as novas vivências de ruptura sofridas pelo homem contemporâneo que se vê diante da modificação profunda das ocupações que exercia e do desemprego, concluindo que esse processo gera uma experiência psicossocial de ruptura biográfica semelhante em ambos os casos (guardadas as devidas especificidades) pela desfiliação, pela perda da referência no mundo das significações existentes, pela construção de trajetórias descontínuas de vida e pela necessidade de (re)estruturar laços sociais num mundo que dificulta essa ação.

Palavras-chave: Trabalho, Psicose, Desemprego, Carreira, Ruptura biográfica.

Psychosis and unemployment: a comparison between psychosocial experiences of biographical rupture

This article intends to analyze the current transition context of world of the work, in which the organizing processes of productive restructuring and flexibilization had disarranged its configuration. This process produced the society regulator weakness and the present paradigms rupture by the psychosocial borders' dilution, which establish the roles and identities built in the relation with the world. Accepting the idea that the work continues to be central for the human being sociability, it can be evidenced that its flexibilization has caused significant psychosocial experiences of life rupture that reached only traditionally excluded groups decades ago and can potentially reach all the persons now. As a method to reflect about it, a comparison is proposed between the established rupture experience of the psychotic crisis and the new rupture experiences suffered by the contemporaneous man who lost his job or see it be deep modified. The study concludes that this process generates a similar psychosocial experience of biographical rupture in both cases as a result of the reference loss of the world sense, the construct of an intermittent biography and the need of structuring again the social link in a world that transforms this process into difficulty.

Keywords: Work, Psychosis, Unemployment, Career, Biographical rupture.

## **A noção de trabalho**

O trabalho sempre encontrou na história da humanidade um lugar de destaque, pois se constitui na forma maior de dominação da natureza. Pelo trabalho é possível extrair da natureza algo mais do que ela daria espontaneamente, resultando em sua transformação.

Sendo o trabalho uma transformação da natureza e o homem parte constituinte desta, concluímos que transformar a natureza significa transformar a si próprio. Nesse sentido, o trabalho dá forma útil à existência e confere o reconhecimento do homem no mundo externo a ele.

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Marx (1867/1980), o grande pensador do capital, versava que o trabalho era a atividade vital, cerne para uma vida produtiva, um meio para a satisfação das necessidades e a dimensão que inscreveria o homem na vida.

Há, geralmente, duas definições para o trabalho:

- 1) Realização de uma obra que seja expressão da vida humana e traga reconhecimento e permanência, ou seja, inscrição social e possibilidade de construção de uma história;
- 2) Esforço rotineiro e repetitivo, sem reconhecimento, nem permanência, mera realização de uma atividade que não deixa vestígios, nem produto final, não faz história e que aproxima o homem do animal (Ribeiro, 2004, p. 64).

Seriam esses os dois sentidos básicos para o trabalho no mundo ocidental?

Segundo Arendt (1955/1987), essas duas definições distinguem trabalho e labor, distinção essa não claramente delimitada, pois se pode encontrar esses dois significados numa mesma atividade designada como trabalho.

O trabalho, então, está semântica e ontologicamente associado a sofrimento (dimensão existencial da vida) e a produção, por isso se constitui num paradoxo psíquico, pois pode ser, ao mesmo tempo, fonte de fadiga ou fonte de equilíbrio (Dejours, 2001).

Arendt (1955/1987) postula três dimensões para o trabalho: o “labor” (*labour*), que é a atividade mecânica; o “trabalho propriamente dito” (*work*), que é a produção de bens duráveis e permanentes na vida mundana; e a “ação” (*action*), que é a possibilidade de construção da história subjetiva e social pelas trocas e pelos laços que o trabalho em sua totalidade possibilita.

“O conjunto dessas três atividades configura a possibilidade de uma *vita activa*, ou seja, uma vida dotada de sentido, de possibilidade de transformação e de existência. Não basta ao homem fazer, mas principalmente ser ao fazer” (Ribeiro, 2004, p. 65), e inscrever-se na história da humanidade ao obrar na construção dialética do mundo.

Em última instância, o trabalho possibilita a transformação da angústia fundante do contato entre indivíduo e realidade e a atribuição de significado à existência humana através desse encontro da resistência da materialidade do mundo consigo mesmo, que faz emergir os limites humanos, mas também a sensibilidade humana e a possibilidade de conhecer o mundo, pois “ao transformar o sofrimento em apropriação, o sujeito se emancipa da restrição do real” (Dejours, 2001, p. 3).

É do confronto prolongado e obstinado com o real, é da experiência de sofrimento e de estar em xeque, que nasce a engenhosidade, ou seja, a capacidade de inventar soluções inéditas para situações até então desconhecidas para o sujeito. Na verdade, o sofrimento se transforma em habilidade. É com esse processo que o sujeito se reapropria da experiência de sofrimento (Dejours, 2001, p. 3).

A falta do trabalho ou a impossibilidade do trabalho constituído como obra (reconstrução contínua do mundo e de si) gera, invariavelmente, uma vida sem sentido e uma situação de vulnerabilidade social (Castel, 1998), pois “o trabalho, é verdade, pode gerar a alienação. Mas também pode ser o mediador, insubstituível, da emancipação” (Dejours, 2003, p. 27).

Pode-se analisar, portanto, o trabalho de forma fragmentada ou visto em sua totalidade, pois ele pode ser fonte de construção da vida e emancipação (como totalidade), mas também fonte de eliminação da vida e robotização (como fragmentação), quando não produz sentido e só repete atividades mecânicas.

## **A noção de trabalho na lógica capitalista**

O mundo contemporâneo se vê nos últimos séculos governado pela lógica capitalista, que transforma o trabalho humano em um trabalho vinculado a fins, um meio, não um fim em si mesmo. Sua produção deve gerar valores-de-troca, materializados em mercadorias, não valores-de-uso, que tragam um fim imediato. A produção será sempre voltada para a produção de mercadorias, que possam ser intercambiadas e gerar o acúmulo de capital pela mais-valia.

Marx (1867/1980) fala em um trabalho concreto e em um trabalho abstrato. O primeiro refere-se ao trabalho como um fim em si mesmo, produtor de valores-de-uso; enquanto o segundo aponta o trabalho como um meio, mero produtor de valores-de-troca, que constitui a lógica instrumental, ou seja, o trabalho é apenas um meio para conseguir o fim maior, que é o capital.

A lógica capitalista destitui o trabalho de seu caráter concreto e transforma-o em uma mercadoria, delimitando ao homem a tarefa de produzir além do que consome para reproduzir sua força de trabalho, gerando a mais-valia, que permite o acúmulo de capital. Dessa forma, o trabalho produtivo é o que produz a mais-valia.

A produção é fator norteador da lógica capitalista, que utiliza a razão e a técnica para conseguir seus intuitos. A razão seria um instrumento para crítica e aperfeiçoamento da força produtiva, mas também é cooptada pelo capitalismo e se torna a justificativa da relação utilitária de produção; enquanto a técnica, inovando os meios de transformação da natureza, justifica a submissão dos homens ao agir-com-respeito-a-fins da lógica capitalista e ao próprio aparato técnico, que amplia as comodidades da vida e aumenta a produtividade do trabalho. (Habermas, 1983).

Hoje a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas enquanto tecnologia, e esta garante a formidável legitimação do poder político em expansão que absorve todas as esferas da cultura (Habermas, 1983, p. 315).

O trabalho como um fim em si mesmo foi camuflado e dominado pela racionalidade instrumental, que o coloca como “algo que se tem”, não “algo que se faz para ser”, absorvendo boa parte das esferas da cultura, mediatizando, a partir de então, as relações sociais na tentativa de coisificar o homem sob as categorias do agir-racional-com-respeito-a-fins, constituindo uma forma confessa de dominação política – estruturalmente um exercício de controle.

Essa linha de raciocínio parece indicar um fim do trabalho como categoria ontológica fundante da humanidade, destituindo seu poder e seu lugar, levando alguns autores a questionar a centralidade da categoria trabalho como protótipo da sociabilidade humana na contemporaneidade.

Nessa análise, o trabalho está fundido ao emprego (representação hegemônica desenhada pelo modelo taylorista-fordista de organização do trabalho) e aponta que o fim dos empregos (Bridges, 1995; Rifkin, 1995) seria o fim do trabalho e, conseqüentemente, o fim da classe dos trabalhadores, o que não leva em conta o trabalho de forma mais genérica e estruturante (como, por exemplo, as modalidades de economia solidária).

O fim dos empregos – ou melhor, a diminuição do trabalho formal associado ao emprego como modelo hegemônico – deve-se às transformações do mundo do trabalho operadas gradativamente ao longo das últimas décadas do século XX, que introduziram os processos de reestruturação produtiva e de flexibilização como bases para um novo mercado de trabalho, promovendo a heterogeneização dos processos organizativos do trabalho e

quebrando o projeto coletivo da sociedade do trabalho ao flexibilizar os postos, a renda, as formas de contratação, os sindicatos, os requisitos para exercer uma função, para se formar e para ser promovido e, principalmente, as representações e a função do trabalho (Blanch, 2003; Mattoso, 1994).

Segundo Blanch (2003), novas configurações do trabalho surgiram e se constituíram em três grandes bases de trabalhadores:

- Um grupo de trabalhadores estáveis (núcleo estável dos processos organizativos), ainda sob a égide do modelo do emprego;
- Um grupo de trabalhadores temporários (núcleo periférico dos processos organizativos), submetidos à flexibilidade numérica dos processos organizativos;
- Um grupo de consultores e trabalhadores terceirizados (núcleo externo dos processos organizativos), submetidos às demandas do mundo do trabalho.

Segundo Antunes (1999a), o trabalho não perdeu sua centralidade, mas o emprego sim, heterogeneizando as possibilidades de construção laboral para os indivíduos, mas não destituindo o trabalho de sua função ontológica e básica para a existência humana – posição também defendida no presente artigo.

## **A centralidade do mundo do trabalho**

Offe (1985) aponta que o trabalho não é mais o eixo estruturante da sociedade, pois o seu processo de mudança está gerando uma sociedade de serviços, o crescente desemprego, o aumento do tempo livre e a diminuição das horas de trabalho, as descontinuidades biográficas e a heterogeneidade do trabalho social, perdendo, dessa forma, sua unidade e sua coerência, pela sua diversidade. O trabalho assalariado (trabalho abstrato) deixou de ser o eixo norteador das relações sociais, ou seja, as relações de produção não estariam mais determinando as trocas sociais.

Gorz (1987) aponta que muitos sujeitos estão sendo expulsos da produção pelo processo de abolição do trabalho ou estão subempregados, basicamente em função da automatização e da informatização, constituindo o que ele denomina de não-classe de não-trabalhadores: sujeitos sociais que não pertencem a nenhuma classe, que não se definem pelo seu trabalho, sendo não-trabalhadores provisoriamente empregados em uma tarefa indiferente.

Todo emprego, para ele [o não-trabalhador], tem um caráter acidental e provisório, e todo trabalho uma forma contingente, pois faz “qualquer coisa” que “qualquer um” pode fazer em seu lugar (Gorz, 1987, pp. 89-90).

A não-classe dos refratários a sacralização do trabalho, (...) não é um “sujeito social”. Não tem unidade nem missão transcendentais e, portanto, não tem concepção de conjunto da história e da sociedade (Gorz, 1987, p. 20).

Segundo Offe (1985) e Gorz (1987), a crise do trabalho se daria em duas dimensões:

- Dimensão abstrata: o trabalho como produtor de valores-de-troca não seria mais decisivo;
- Dimensão concreta: a negação do papel do trabalho na estruturação de uma vida cheia de sentido pela sua impossibilidade de gerar uma atividade humana autônoma (trabalho estranhado), basicamente por conta da lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias.

Offe (1985) e Gorz (1987) concordam com o fato de que o trabalho é apenas uma das esferas da vida, não a principal, pois não contém em si a potência estruturante e unificadora que lhe foi outorgada. Para ambos, é possível separar a sobrevivência (satisfação de necessidades via dominação da natureza) do trabalho.

É importante lembrar que os autores estão analisando o trabalho como sinônimo do emprego, o que, realmente, parece não ser mais a realidade do mundo do trabalho, que, como já apontado, complexificou-se e tornou-se muito heterogêneo, destituindo o *emprego* como categoria central para a sociabilidade humana, mas será que o trabalho também sofreu esse processo? Seria o fim da centralidade *do trabalho*?

Tanto Gorz (1987), quanto Offe (1985) baseiam suas críticas na definição taylorista-fordista de trabalho, ou seja, trabalho como sinônimo de emprego, relegando e ocultando outras formas de relação com o mundo que também se constituem como trabalho.

Defendem o emprego como gerador de identidade e os novos modelos de trabalho como geradores de desidentidade, entretanto, o emprego, apesar de permitir a construção de padrões coletivos, contém em seu seio um processo de alienação do trabalhador ao trabalho estranhado, o que foi criticado ao longo do século XX.

Os autores parecem definir que a reestruturação produtiva e a flexibilização das relações laborais inviabilizaram o trabalho como estrutura de referência para o indivíduo, preconizando o fim de sua centralidade, no entanto, não analisam que as configurações do trabalho mudaram e se tornaram mais heterogêneas, o que não é suficiente para afirmar o fim de sua centralidade: mudança implica em transformação de modelos, não necessariamente na destruição de um modelo.

Novas formas de alienação e exploração surgiram, precarizando e individualizando parte do trabalho desenvolvido pelos trabalhadores atuais e rompendo com o projeto coletivo de organização do trabalho através do ideário toyotista-liberal, que gerou fragmentação, complexificação e heterogeneização do mercado de trabalho, aumento do desemprego, uma quebra da noção de emprego como modelo social, uma crise e a transição dos espaços profissionais, a transformação da carreira em projeto individual e, em muitos casos, a perda da unidade identitária (Collin & Young, 2000; Sennett, 1998).

Antunes (1999a) refuta as afirmações de Offe (1985) e Gorz (1987) acerca da crise do trabalho em suas dimensões concreta e abstrata, dizendo que o que estaria em crise seria o trabalho abstrato, não o concreto, pois a questão que se coloca o tempo todo vai em direção a uma crítica à razão instrumental, à produção de valores-de-troca como permeadores das relações humanas e não ao trabalho em si, que seria a protoforma do ser social, mediando a interação homem-natureza, sendo, nesse sentido, fundamento para as outras atividades humanas e estatuto ontológico central na práxis social.

Uma coisa é conceber, com a eliminação do capitalismo, também o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis, e que, ao fazê-lo, (auto)transforma o seu próprio criador (Antunes, 1999a, p. 82).

Antunes (1999b) aponta que a classe-que-vive-do-trabalho não desapareceu, somente se fragmentou e se tornou mais heterogênea, quebrando, em parte, com o próprio senso de classe, entretanto, o trabalho ainda é central e ser trabalhador ainda é indispensável para a experiência humana.

O próprio Gorz (1987) ao falar em uma não-classe de não-trabalhadores, apenas nega uma ordem, não propõe uma nova ordem, já que a ordenação ainda se dá pela via do trabalho ou pela sua negação. A referência dessa não-classe de não-trabalhadores ainda é o trabalho,

corroborando, portanto, a idéia de que ele ainda é a categoria central para a existência humana.

Nesse sentido, o trabalho tem um valor fundante para todos os indivíduos e a impossibilidade de laborar na construção do mundo, via trabalho, pode gerar rupturas psicossociais significativas, como os exemplos da pessoa em situação de desemprego e da pessoa em situação psicótica, que serão utilizados no presente artigo como indícios empíricos da continuidade da centralidade do trabalho para as dimensões da existência e da sociabilidade humana.

Constata-se, portanto, de um lado, que o trabalho ainda é central como modelo de sociabilidade e de construção identitária e, de outro lado, que a configuração social sobredeterminada pelos processos organizativos capitalistas do trabalho, como a reestruturação produtiva e a flexibilização, torna o projeto de constituição social e identitária, como referência coletiva, cada vez mais difícil.

Como lidar com essa situação? Como devolver ao trabalho concreto seu *status* de produtor de valores-de-uso e sua função coletiva e emancipatória?

## **As saídas para o mundo do trabalho**

Muitas soluções são propostas para a situação atual do trabalho, dentre elas a busca do sentido da vida fora do trabalho (no lazer ou na esfera comunicacional, por exemplo) ou então a quebra da racionalidade instrumental como forma de restituir ao trabalho sua possibilidade de atribuir a condição humana ao indivíduo.

Gorz (1987) defende a destituição do capitalismo como lógica dominante e sugere a abolição do trabalho e a liberação do tempo e da subjetividade, e que isso só seria possível pelos não-habitantes da lógica capitalista. Ou seja, a não-classe dos não-produtores, subtraída à lógica dominante, seria capaz de um ato fundador de uma nova racionalidade, que superasse o produtivismo, recusasse a ética da acumulação e dissolvesse todas as classes.

A autoprodução se desenvolve em todos os domínios em que o valor de uso do tempo se revelar superior ao seu valor de troca: isto é, onde o que se pode fazer por conta própria num tempo determinado valer mais do que o que se compraria caso tivesse que trabalhar durante esse tempo em troca de um salário (Gorz, 1987, p. 14).

Adorno (1995), Marcuse (1968/1986) e Habermas (1983), pelo contrário, afirmam que a não-liberdade gerada pela lógica instrumental – que torna o trabalho abstrato, ou seja, um mero produtor de valores-de-troca, e invade as relações sociais – só pode ser superada no interior da própria razão instrumental: a liberdade só pode ser pensada a partir da vivência da dominação.

Aqueles que escapam à lógica produtiva, como apontou-nos Gorz (1987), têm a ilusão de um tempo liberado, entretanto, Adorno (1995) coloca que a função do tempo livre não é gerar a liberdade, mas, antes, restaurar a força de trabalho (momento de reprodução da força de trabalho), ou seja, é um mero apêndice do trabalho cooptado pelo sistema totalizante completamente mediado, que coisifica as relações, pois “a eliminação das potencialidades humanas do mundo do trabalho (alienado) cria as precondições para a eliminação do trabalho do mundo das potencialidades humanas” (Marcuse, 1968/1986, p. 103).

O tempo livre tem um caráter funcional e também é regido pela lógica capitalista, que oculta essa repressão, tornando a integração desse tempo livre à esfera da vida uma tarefa

sem maiores dificuldades, pois “as pessoas não percebem o quanto não são livres lá onde mais livres se sentem, porque a regra de tal ausência de liberdade foi abstraída deles” (Adorno, 1995, p. 74).

Prado (1996), baseando-se em Habermas, diz que a razão instrumental colonizou o mundo vivido, decidindo as ações humanas do mesmo modo que controla os fatos do mundo objetivo, e que a saída se daria por uma ação comunicativa operada no interior desse mundo que, através de processos de argumentação e contra-argumentação (comunicação) e do uso de conhecimentos diversos, não hegemônicos, poderia restituir ao trabalho concreto sua possibilidade de construção de valores-de-uso.

Tanto Gorz (1987), quanto a Escola de Frankfurt, representada aqui por Adorno (1995), Marcuse (1968/1986) e Habermas (1983), têm uma visão do trabalho como produtor do aprisionamento e da dominação da natureza e do homem, contudo, Antunes (1999a, 1999b), Dejours (2001) e Blanch (2003) defendem a idéia da possibilidade do trabalho como agente de libertação e emancipação, por isso ainda central para a experiência humana (visão também defendida no presente artigo).

Antunes (1999a) indica que a liberdade deve ser alcançada de dentro da dominação ao afirmar que:

as possibilidades reais de superação do capital ainda encontram como subjetividade coletiva capaz de efetivá-las a classe-que-vive-do-trabalho. Mais heterogênea, mais complexificada e mais fragmentada é, entretanto, pela análise da sociabilidade do capital, o ser social ontologicamente ainda capaz de virar uma nova página da história (p. 139).

O autor propõe um salto para além do capital com o fim da sociedade do trabalho abstrato e sua conversão em uma sociedade criadora de coisas úteis, organização social que leve a realização do reino das necessidades (onde o trabalho se insere) para o reino da liberdade (onde o trabalho não seja mais heterônomo), através da quebra da racionalidade instrumental, fazendo com que a produção de valores-de-troca não se constitua no elemento estruturante da organização social.

Para tal feito, propõe um tempo disponível voltado para a produção de coisas socialmente úteis (valores-de-uso), a eliminação do trabalho excedente voltado para a produção de valores-de-troca, o resgate do trabalho concreto e a dissolução de sua dimensão abstrata, restituindo a capacidade do trabalho, muitas vezes perdida, de construção identitária (Sennett, 1998; Kraus, 1998).

A solução seria a abolição da relação mediatizada e a emergência da relação imediata, possibilitando a experiência de prazer: o indivíduo deve tentar gradativamente e, pelo menos parcialmente, trocar o “eu preciso” pelo “eu quero”, resgatando seu desejo.

Como visto, o problema não está na centralidade ou não do trabalho, mas sim no predomínio da razão instrumental que, originada na lógica capitalista, dominou a natureza pelo trabalho e invadiu as outras esferas da vida social, gerando a dominação do homem pelo homem, via dominação da natureza.

Segundo Touraine (1998), o capitalismo dissociou a cultura e a economia, promovendo uma supremacia da segunda sobre a primeira, além de ter gerado um mundo do trabalho mais heterogêneo e singular na segunda metade do século XX, diluindo fronteiras e deixando os trabalhadores solitários, pois os projetos de vida no trabalho são cada vez mais negociações individuais da relação sujeito-trabalho, rompendo com o sentimento de classe e de pertença.

Blanch (2003) indica que essa situação está fazendo emergir uma multidão de solitários empregados ou precarizados com imensa dificuldade de construir trajetórias de carreira contínuas e com sentido e ainda dominados pela razão instrumental: um empregado é avaliado, atualmente, por sua capacidade de entrega de competências, ou seja, transforma-se totalmente em uma mercadoria com valor-de-troca, alijado da possibilidade de uma vida ativa, segundo a concepção de Arendt (1955/1987), e em plena situação de dominação.

Apesar disso, uma das principais causas da precarização objetiva e subjetiva da vida dos indivíduos configura-se pela impossibilidade de trabalhar, obrando na construção do mundo e constituindo uma história e uma identidade, o que gera sua desfiliação da sociedade e a emergência de uma situação de vulnerabilidade psicossocial (Castel, 1998).

Nesse sentido, pode-se dizer que o trabalho ainda é central para a sociabilidade humana, mas enquanto ele não romper com a lógica da razão instrumental, produzir valores-de-uso e possibilitar a construção de projetos coletivos pelos vínculos relacionais (redes de sociabilidade), os trabalhadores terão dificuldade de mantê-lo nesse lugar de centralidade.

Utiliza-se a seguir um fenômeno gerado pelo mundo contemporâneo do trabalho como forma de corroborar nossa tese e tentar pensar possíveis caminhos para a liberdade. Ele constitui-se nas descontinuidades biográficas produzidas pelas atuais relações de trabalho, pelas aposentadorias precoces, pela extinção de determinadas ocupações, mas, principalmente, pela situação de desemprego, sendo todos esses eventos frutos do avanço tecnológico ou da reorganização do mundo do trabalho via reestruturação produtiva e flexibilização.

Para tornar esse esforço mais interessante, realiza-se um paralelo entre a experiência de ruptura na crise psicótica e a dos indivíduos que sofrem uma descontinuidade biográfica na sua inserção no mundo do trabalho, principalmente pela situação de desemprego; ambas configurando rupturas biográficas que geram uma perda da referência no mundo das significações existentes: a ruptura da crise psicótica como emblemática de um modelo moderno de mundo, no qual a estabilidade, a normatividade e os padrões eram mais homogêneos e governavam a vida de todos; e a ruptura gerada pelo desemprego ou pelo não-trabalho emblemática de um mundo contemporâneo heterogêneo e em processo de transição.

Tal paralelo faz-se necessário, pois a ruptura psicótica ainda tem um parâmetro normativo (em transformação) de um mundo moderno oriundo da psiquiatria, da psicanálise e da psicologia, que permite constatar ou não essa ruptura, enquanto as descontinuidades biográficas no trabalho, que também o tinham, carecem, parcialmente, desse parâmetro agora em função da falta de referências genéricas e estáveis e da mudança acelerada do mundo contemporâneo, que torna o presente artigo mais complexo, mas mais interessante, pois aproxima, em termos psicossociais, as experiências psicóticas e de desemprego.

Como forma de estruturar essa empreitada, são apresentados “casos” de pessoas que viveram as situações descritas, as quais se constituem em eixos norteadores da nossa análise a partir de alguns relatos de casos concretos de rupturas biográficas descritos por Castillo (1998) e por Ribeiro (2004).

## **A situação psicótica e a situação de desemprego**

A loucura, como fenômeno multifacetado, possibilita inúmeras leituras e olhares sobre si, principalmente em termos orgânicos, psicológicos, sociais e psicossociais.

As explicações orgânicas definem a loucura como transtorno mental que, em sua essência, seria uma anormalidade no funcionamento do corpo humano.

As explicações psicológicas, principalmente as psicanalíticas de Lacan, definem a loucura como psicose, a qual seria:

A ausência de uma referência a um sujeito que detém um saber, que instaura uma lei (...) Nesse sentido, o psicótico é um sujeito errante em busca de uma referência que lhe falta, que é o universal da neurose, que coloca o sujeito no mundo, pelo assujeitamento do próprio às regras que regem o mundo, a referência que sustenta a lei (Ribeiro, 1998, p. 13).

As explicações sociais colocam o “louco” como alguém que, por conta de seu comportamento, é rotulado como doente mental e vive sob o signo da identidade estigmatizada e do papel social de assistido.

Tanto as explicações orgânicas, quanto as psicológicas e as sociais trabalham com uma concepção de normalidade, sendo a loucura um fenômeno de desvio da lógica normal, geralmente tendo como foco de análise o próprio indivíduo.

O desemprego, por seu turno, é um fenômeno psicossocial e, nas últimas décadas, tem atingido contingentes cada vez maiores de pessoas, sendo uma consequência da reestruturação do capitalismo.

Assim como no caso do louco, a pessoa em situação de desemprego é rotulada como “desempregada” e também vive sob o signo da estigmatização social que, em geral, a responsabiliza individualmente pela situação em que se encontra.

As duas situações são distintas quando analisadas pela ótica da individualidade. De um lado, a psicose seria uma estrutura clínica, na qual falta ao indivíduo uma estruturação simbólica que lhe permita adentrar ao universal neurótico que, segundo Calligaris (1989), baseado no referencial psicanalítico de Lacan, é o universal da lei, que media as relações do sujeito, não permitindo realizações imediatas de prazer, ou seja, relega a um plano infinito a possibilidade de realização do seu desejo, que é colocado como impossível pela lei. A lei media as relações do sujeito, não proporcionando experiências imediatas de prazer, mas permitindo que ele habite a civilização. A submissão à lei e o abandono da liberdade de prazer são condições *sine qua non* para a estruturação psíquica de cada um, sendo algo ausente na estruturação psicótica. De outro lado, o desemprego seria uma situação extrema que romperia momentaneamente ou definitivamente a trajetória de vida no trabalho de um indivíduo, mas que poderia ser retomada com o retorno ao trabalho.

Em termos absolutos e tradicionais, a psicose seria uma situação estrutural e imodificável, enquanto que o desemprego seria uma situação transitória e remediável, entretanto, o mundo sociolaboral vive um momento de transição no qual a tradição tem sido questionada e velhos modelos de normatividade – que regulavam tanto a psicose, quanto o mercado de trabalho – têm se fragmentado, gerando novas configurações ainda não consolidadas.

Hipoteticamente, pode-se dizer que a psicose tradicionalmente se constitui numa situação estrutural, mas encontra mais abertura e continência psicossocial na atualidade em alguns casos, enquanto que o desemprego, que, por tradição, era transitório, torna-se estrutural e permanente para muitos casos, o que aproxima, mas não sobrepõe, as experiências nas duas situações.

Ambas as situações carregam especificidades em suas origens e causas, no entanto, podemos dizer que, psicossocialmente, colocam os indivíduos em situações semelhantes, pois geram uma ruptura biográfica que os relega a uma situação similar de liminaridade, desfiliação e exclusão: esse seria o ponto de intersecção das experiências entre situações aprioristicamente distintas e sem relação.

## Rupturas biográficas e afirmação da centralidade do trabalho

Pode-se definir a ruptura biográfica como uma descontinuidade na história de vida das pessoas, que retira momentaneamente sua condição de ser existente e marcado pela lógica instrumental, relegando essa pessoa a uma condição de liminaridade, que seria uma unidade de espaço e tempo na qual “o comportamento e o simbolismo se acham momentaneamente libertados das normas e valores que governam a vida pública dos ocupantes de posições estruturais sociais” (Turner, 1974, p. 201).

O projeto de vida das pessoas ficaria sem rumo pela falta de parâmetros, colocando a vida dos indivíduos à deriva (Sennett, 1998) e sem lugar na sociedade, em situação de flutuação social (Castel, 1998).

A pessoa, nesse instante, vê-se desatada da lógica instrumental, mas isso, ao contrário de gerar liberdade, produz a perda de referências e uma situação de fronteira, pois a pessoa se encontra à margem da lógica dominante, em uma relação de exclusão – essa é a condição da liminaridade, da desfiliação (estados de despossuir um lugar nas relações sociais, sendo assim impossibilitado de fazer vínculos – Castel, 1993) e da psicose, ou seja:

O excluído estaria “fora” (desinserido ou apartado socialmente) das relações sociais, aquém da humanidade, sem lugar no processo de produção do mundo, ficando, portanto, preso a um lugar de não-produção (estagnado num lugar único), instalado na precariedade, colocado num estado de inatividade, sem identidade produtiva e transformado em não-força social (Ribeiro, 2004, p. 44).

Sawaia (2001) e Jodelet (2001) propõem que se utilize a idéia da relação dialética de inclusão-exclusão, em vez de *exclusão social*, pois não existiria um excluído social, já que, apesar de estar à margem da sociedade, ainda faz parte dela.

A exclusão seria o processo e a situação conseqüente de uma dada relação social, que gera a emergência do excluído, como ator social responsável por objetivar a relação de exclusão-inclusão. A relação é dialética, pois a ação do sujeito modifica o meio social, assim como transforma o próprio sujeito, sendo sujeito e meio social produtores e produtos dessa relação (Ribeiro, 2004, p. 43).

A principal característica do excluído seria a impossibilidade de estabelecer processos dialéticos, quer pela exequibilidade de ser um sujeito social, quer pela sua transformação em não-semelhante, ficando sem potência de ação, no sentido que Arendt (1955/1987) lhe dá, ou seja, agir é produzir história e ser reconhecido (e reconhecer-se) pelo que produz e pelo produto dessa ação de produzir (relação dialética).

Essa situação tende a legitimar duas situações sociais distintas: a relação assistencial ou a atribuição de estereótipos, que atingem todos aqueles que escapam de uma situação genericamente estabelecida, como estar empregado, ter uma profissão ou não estar em crise psicótica (Jodelet, 2001; Paugam, 2001).

O indivíduo é colocado numa forma de alteridade psicossocial considerada perigosa, ameaçadora e estranha, num papel de morto-vivo social, ou seja, morto por estar impossibilitado de laborar na construção do mundo e, ao mesmo tempo, vivo por ser visto como um produto social que poderá atingir a todos em algum momento (quer pelo desemprego, quer pela psicose).

Tanto a pessoa em situação de desemprego, quanto a pessoa em situação psicótica, podem ser definidas como indivíduos errantes em busca de uma referência que lhes falta, traduzida, no mundo do trabalho, em termos de falta de competências, qualificação ou espírito empreendedor, elementos ditos “necessários” pelo ideário capitalista para que um

sujeito habite e labore nesse mundo do trabalho que atualmente se apresenta, constituindo-se em um verdadeiro *fantasma da inutilidade*, em uma expressão utilizada por Sennett (2006).

Relato de pessoa em situação psicótica: “*Sou esquizofrênico e esquizofrênicos não podem trabalhar*” (Ribeiro, 2004, p. 156).

Relato de pessoa em situação de desemprego: “*O bom seria que tivessem deixado eu sair do trabalho com a idade certa, ou seja, aos sessenta anos (...) pois quarenta e três é muito pouco*” (Castillo, 1998, p. 116).

Tanto a ruptura da crise psicótica, quanto a ruptura causada pela perda do emprego, pela impossibilidade de trabalhar ou mesmo pela exigência de ser multifuncional e perder sua identidade profissional, geram rupturas biográficas e promovem um movimento de tentativa de retorno a uma situação anterior que, mesmo que valorada como não satisfatória, muitas vezes conferia uma estrutura de base às pessoas e um lugar na relação dialética de construção psicossocial.

Apesar do desejo imediato de voltar a uma situação anterior, essa tarefa se torna, na maior parte das vezes, impossível pelo momento de transição no qual o capitalismo e o mundo do trabalho encontram-se.

Relato de pessoa em situação de desemprego: “*Tive que aceitar ser um trabalhador que não trabalha*” (Castillo, 1998, p. 137).

Um bom exemplo é a busca incessante do emprego como única chance real de trabalho, ou seja, emprego como sinônimo de trabalho, que a flexibilização do capitalismo rompeu profundamente e em seu lugar instaurou formas precárias de inserção constituintes da maior parte das oportunidades de trabalho.

A pessoa busca reconsolidar a construção identitária barrada pela ruptura biográfica, mas se vê diante de impossibilidades psicossociais, como a extinção de diversas ocupações, o aumento do desemprego, o discurso da superqualificação e da multifuncionalidade e a quebra das redes sociais causada pela crise psicótica ou pela perda do emprego, que a colocam numa situação de flutuação social, ou seja, sem lugar definido na estrutura sociolaboral (Castel, 1998).

Relato de pessoa em situação de desemprego: “*Eram muitas coisas em comum que eu perdi totalmente*” (Castillo, 1998, p. 136).

Relato de pessoa em situação psicótica: “*Sou pintor de carros e me sinto muito feliz com isso. Sempre trabalhei nisto desde muito pequeno, tenho muitos amigos na área, mas nenhum quer me empregar, não entendo muito bem porquê, acho meu serviço muito bom, quero entender porque as pessoas não me querem e quem sabe se voltar a trabalhar, elas voltam a me querer, me sinto muito ocioso, pois faz muito tempo que estou parado*” (Ribeiro, 2004, p. 161).

Pessoas que perdem o emprego ou que atravessam uma crise psicótica, apesar das situações serem diferentes, sofrem experiências psicossociais semelhantes, pois algo mudou em sua situação que não conseguem compreender, assimilar e lidar com seu momento, planejar o futuro, ficando presos ao eterno presente (Gingras & Sylvain, 1998).

Juranville (1987) afirma que o destino da pessoa em situação psicótica é estar fadado a um tempo sem continuidade, no qual os eventos surgem de forma incessante, faltando qualquer tipo de antecipação dos acontecimentos pela falta de referências, uma situação de deriva, muito semelhante à das pessoas em situação de desemprego e mesmo à de pessoas com trajetórias descontínuas no mundo do trabalho (Sennett, 1998).

Seligmann-Silva (1999) e Ribeiro (1998, 2001) descrevem, respectivamente, as fases que uma pessoa atravessa numa situação de desemprego e numa situação psicótica que, na atualidade, parecem ter uma correlação significativa se forem operadas algumas adaptações.

## **Processo experienciado pela pessoa em situação de desemprego**

Segundo a descrição de Seligmann-Silva (1999), baseada nos estudos realizados por Jahoda, Lazarsfeld e Zeisel (1975/1997), o trabalhador vive uma rotina desgastante e, muitas vezes, geradora de sofrimento, mas está sustentado pela inserção no mundo do trabalho, que lhe confere uma organização espaço-temporal e uma identidade psicossocial.

Quando o trabalhador vivencia uma situação de desemprego, ele adentra um processo dividido em quatro fases com características processuais distintas, a saber:

- 1) Choque e reação: negação do ocorrido, busca impulsiva de um outro emprego e tentativa de restituição de uma situação anterior;
- 2) Transição: auto-acusação, vergonha de si mesmo e retraimento social;
- 3) Adaptação patológica: afastamento social e apatia, cessando as buscas por um emprego;
- 4) Passividade: resignação fatalista e abandono da esperança de voltar a ser um trabalhador como na situação anteriormente vivida, constituindo uma ruptura biográfica significativa e permanente, que pode levar a uma quebra total do contato com a realidade e a conseqüente atribuição de um estereótipo de “desempregado”, que, como identidade deteriorada e deteriorizante (Goffman, 1975/1988), impede qualquer possibilidade de voltar a laborar na construção do mundo, relegando à pessoa um lugar de excluído ou assistido social.

O trabalhador pode, em algum momento desse processo, reinserir-se no mundo do trabalho, o que o levaria de volta ao início, com sua rotina desgastante de trabalho.

## **Processo experienciado pela pessoa em situação psicótica**

Ribeiro (1998, 2001) aponta que a pessoa em situação psicótica vive três momentos claramente definidos de situação psicossocial, a saber:

- 1) Antes da crise: o sujeito se sustenta pela criação de uma metáfora artesanal, que tem como função ser uma pseudo-referência simbólica provisória para que ele habite o mundo, partilhe dos seus significados e labore em sua construção, sem ser visto através de um estigma de “louco”;
- 2) Crise: o sujeito, ao ter a necessidade de ocupar um lugar no mundo que a sua metáfora artesanal e provisória não possui força suficiente para sustentar (por exemplo, casar, ter filhos ou manter um trabalho formal), perde sua pseudo-referência, se desestabiliza, entra em crise (configurando fenomenicamente uma crise psicótica) e ocupa um lugar de assistido social com uma identidade de “doente mental”;
- 3) Pós-crise: o sujeito tem duas saídas para sua crise: a) receber um atributo de “louco”, viver à margem da sociedade e, assim como na situação do “desempregado”, ser impedido de qualquer possibilidade de voltar a laborar na construção do mundo, relegando à pessoa um lugar de excluído ou de assistido social, além de estar sujeito a ter novas e constantes crises; b) Conseguir estabilizar-se pela construção de uma metáfora delirante, que como uma

suplência imaginária da referência que lhe falta (pseudo-referência), sustenta sua possibilidade vincular, permite-lhe viver, tentar voltar a laborar na construção do mundo e ter uma identidade psicossocial desassociada da psicose.

Realiza-se abaixo a correlação das fases para uma possível comparação entre a experiência de ruptura biográfica nas situações de desemprego e de crise psicótica, construindo-se um modelo com quatro momentos: antes da crise, começo da crise, consolidação da crise e pós-crise.

## **Processos experienciados pelas pessoas em situação psicótica e em situação de desemprego: uma possível correlação...**

1) Antes da crise (correlativa à fase 1 de Ribeiro, 2001, e ao período antes da crise de Seligmann-Silva, 1999).

Ambos os autores apontam que as pessoas empregadas ou fora da situação psicótica vivem em uma relação de laborar no mundo, têm a possibilidade de uma construção identitária – seja pela identidade no trabalho, seja pela construção de uma metáfora artesanal (que, sem recorrer ao delírio, permite inventar uma referência que possibilita uma relação psicótica com o mundo sem ser visto como pessoa psicótica pelos outros) sem estigmas nem estereótipos (Ribeiro, 2001).

*Relato de pessoa em situação de desemprego: “Eu sempre tenho consciência de que, através de um trabalho, tenho um salário, uma maneira de ser e uma situação na qual caminho de cabeça levantada” (Castillo, 1998, p. 137).*

Esse panorama muda quando um evento (a perda de um emprego, por exemplo) causa uma ruptura psicossocial e, conseqüentemente, uma ruptura biográfica, que dá início a uma série de situações encadeadas e similares geradas pela perda da referência anterior que sustentava a identidade da pessoa e garantia estar ativo no processo de construção do mundo, configurando uma situação de crise, na qual as referências anteriores não funcionam e novas referências ainda não se estabeleceram.

2) Começo da crise (correlativa à fase 2 de Ribeiro, 2001, e à fase 1 de Seligmann-Silva, 1999).

Primeiramente, a pessoa tem um choque, uma reação de negação da situação atual e uma busca descomedida pela situação anterior perdida.

*Relato de pessoa em situação de desemprego: “Eu saí do trabalho porque me mandaram e ninguém quer que eu volte, apesar de eu estar tentando” (Castillo, 1998, p. 125).*

*Relato de pessoa em situação psicótica: “Me sinto muito encostado, não consigo entender porque não tenho vontade de trabalhar, quero reencontrar esse desejo, quero voltar a trabalhar no que eu fazia antes, assim tudo voltará ao normal” (Ribeiro, 2004, p. 172).*

A perda da referência no mundo do trabalho produz esse desejo incessante de retorno, marcado pela nova rotina da pessoa, que dedica um período do seu tempo ao trabalho, mesmo não tendo uma ocupação, pois a ausência total da vivência das relações de trabalho é desestruturante. As regras e condutas do regime de trabalho permanecem, como

forma de manter um vínculo imaginário com o mundo do trabalho, marcado pela razão instrumental.

Relato de pessoa em situação de desemprego: “*eu seguia acordando às cinco da manhã, sem despertador, por muitas vezes*” (Castillo, 1998, p. 117).

3) Consolidação da crise (correlativa à fase 2 de Ribeiro, 2001, e às fases 2 e 3 de Seligmann-Silva, 1999).

Na seqüência, após tentativas frustradas de retorno à vida psicossocial (pelo trabalho, por exemplo), surge o desânimo e o conseqüente retraimento social, no qual a pessoa “afasta-se cada vez mais dos grupos dos quais antes fazia parte e, ao mesmo tempo em que, perde o interesse pelos acontecimentos da esfera social e política” (Seligmann-Silva, 1999, p. 343), associado às tentativas de explicação da situação vivenciada.

Relato de pessoa em situação psicótica: “*Eu também já tive alguns trabalhos (office-boy, lava-rápido, mecânica), mas depois que se fica doente tudo fica mais difícil*” (Ribeiro, 2004, p. 163).

Relato de pessoa em situação psicótica: “*Mas depois que fiquei doente, a moleza pelos remédios não me deixava trabalhar e depois de seguidos períodos de afastamento, fui afastado definitivamente*” (Ribeiro, 2004, p. 163).

Relato de pessoa em situação de desemprego: “*Me tiraram do que eu trabalhava e fizeram isso para incomodar-nos, para que assim não tivéssemos mais outra saída além de ir embora*” (Castillo, 1998, p. 119).

No caso da psicose, as explicações para a ruptura são os remédios e as doenças, e no caso do desemprego, são as funções extintas e a falta de qualificação dos trabalhadores: referências ao mundo consolidado pelo universal neurótico e pelo capitalismo.

4) Pós-crise (correlativa a fase 3a de Ribeiro, 2001, e a fase 4 de Seligmann-Silva, 1999).

No momento seguinte há uma acomodação total e uma resignação fatalista, culminando no isolamento social acentuado combinado com uma apatia profunda, que mina a possibilidade de uma construção identitária e fixa a pessoa numa identidade estigmatizada e deteriorada.

Relato sobre pessoa em situação de desemprego: “*Um dia depois [de ser demitido], Pablo resume sua situação como a de alguém que, em termos de atividade, passou de 120 por hora a zero por hora. Ele organizara sua vida para poder, em suas próprias palavras, sentir-se útil e pensar ao final de cada jornada diária que o que havia feito era válido para algo (...) e agora dispõe de todo o tempo do mundo para não fazer nada e parece se contentar com isso*” (Castillo, 1998, pp. 135-136).

Relato de pessoa em situação psicótica: “*Comecei como balconista, fui demitido em menos de um ano, depois fui office-boy, também fui demitido, fiquei um ano parado na época do exército, apesar de não servir, e há pouco tempo prestei concurso e ingressei como funcionário público no atual emprego. Tive minha primeira crise há seis meses atrás, estou de licença médica e não sei se se volto, acho que esse é o meu destino*” (Ribeiro, 2004, p. 173).

Essas situações pressupõem uma perda da referência concreta no mundo objetivo, que pode gerar uma desordem simbólica e um anseio de retorno ao mundo que organizava a vida dessas pessoas – o mundo do trabalho: “retomar sua biografia ali onde um plano social a cortou” (Castillo, 1998, p. 134).

Em ambas as situações está barrada a possibilidade de dialetizar na relação com o mundo, pois a ruptura biográfica da crise psicótica ou da situação de desemprego mantém a pessoa numa posição de impossibilidade de laborar na construção do mundo:

Produto e produtora de um tipo especial de relação social que provoca fraturas no elo de continuidade entre o mundo subjetivo (sujeito) e o social (meio social) e coloca sujeitos em espaços de impossibilidade de dialetização dessa relação, ou seja, presos em um lugar sem chance de colocarem o processo dialético em movimento: reduzindo-se a produtos e produtores de uma mesma relação *ad infinitum* (Ribeiro, 2004, p. 42).

Relato de pessoa em situação de desemprego: “Agora, caminho pelas ruas e nada tem significado para mim (...) se uma menininha de dois anos me cumprimenta, que alegria me dá, pois pelo menos sinto que existo” (Castillo, 1998, p. 138).

Relato de pessoa em situação psicótica: “Minha mentalidade é fraca, não consigo ler, nem escrever, não tenho nada para contribuir” (Ribeiro, 2004, p. 222).

Relato de pessoa em situação psicótica: “Aqui está um xerox dizendo o que eu sou, esquizofrênico, eu mostro para as pessoas e peço dinheiro, pois essa é a única maneira de eu conseguir sobreviver” (Ribeiro, 2004, p. 157).

Ambas as situações (psicose e desemprego) carregam em sua essência uma vivência de falta de referência, que será procurada:

- No modelo anterior de vinculação psicossocial;
- Na resignação fatalista de que não haveria mais nada no mundo para as pessoas que atravessaram uma ruptura biográfica, sendo essa a situação definitiva, o que pode gerar uma busca de recursos assistencialistas, não como emergenciais, mas como possibilidade única e permanente de vida. Um bom exemplo seria a aposentadoria por invalidez, no caso da pessoa em situação psicótica, o que a transforma, de forma definitiva, em um “doente mental”: “o cheiro e o barulho me fizeram mal e comecei a ouvir vozes e fui internado, colocado na caixa e aposentado por invalidez três anos depois, isso há doze anos atrás” (Ribeiro, 2004, p. 162);
- Em novas formas de vinculação psicossocial, como por exemplo (correlativas à fase 3b de Ribeiro, 2001), o cooperativismo e o trabalho autônomo, no caso de pessoas em situação psicótica e, simultaneamente, em situação de desemprego: “Quem sabe uma atividade, um ‘bico’ talvez, não me traga ânimo para batalhar pela vida de novo e não ficar só dormindo e tendo ‘crises’ anuais” (Ribeiro, 2004, p. 172) e “Sabe, eu estou vendendo camisetas para ganhar algum e minhas vendas estão aumentando, não é o que eu gostaria mais de fazer, mas estou feliz” (Ribeiro, 2004, p. 181).

## **Comentários finais**

O trabalho tem sofrido constantes transformações, sendo uma das mais significativas a destituição do emprego formalmente estabelecido como modelo hegemônico de trabalho, o que também alterou a configuração do mercado de trabalho e dos trabalhadores, agora mais heterogêneo e flexibilizado.

O emprego está deixando, gradativamente, de ser referência para o trabalho, o que não implica em dizer que o trabalho não é mais a base para a sociabilidade humana, como pôde ser constatado nas reflexões teóricas e nos exemplos trazidos de ruptura biográfica, principalmente os causados pelas situações de desemprego.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o trabalho continua sobredeterminando a existência psicossocial das pessoas e que uma vida sem trabalho é uma vida sem referência, como aponta Castillo (1998) que “ao analisar sua biografia, pode se ver que falta algo, pois o que é certo é que minha geração já nasceu no trabalho” (p. 132).

“O trabalho é um importante indicador de volta à vida”, aponta uma pessoa em situação psicótica, como relata Ribeiro (2004, p. 181), que segue dizendo que o trabalho seria “a dica que faltava para mostrar que eu não estou mais doente e posso voltar a ser alguém” (Ribeiro, 2004, p. 181).

“Voltar a ser alguém” significa voltar a ter uma identidade, que permitiria reconhecer-se, ser reconhecido pelos outros e ter um lugar na construção do mundo.

O trabalho, portanto, continua sendo central na organização da sociedade, e estando em situação psicótica ou em situação de desemprego ou em qualquer outra situação de vulnerabilidade psicossocial, só resta aceitar a sugestão de Castillo (1998) e partir “em busca do trabalho perdido...”.

## Referências

- Adorno, T. W. (1995). *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes.
- Antunes, R. (1999a). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (6ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Antunes, R. (1999b). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Arendt, H. (1987). *A condição humana* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Originalmente publicado em 1955)
- Blanch, J. M. (Org.). (2003). *Teoría de las relaciones laborales. Desafíos*. Barcelona: UOC.
- Bridges, W. (1995). *Um mundo sem empregos*. São Paulo: Makron Books.
- Calligaris, C. (1989). *Introdução a uma clínica diferencial das psicoses*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Castel, R. (1993). Da indigência à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. *SaúdeLoucura*, 4, 21-48.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Castillo, J. J. (1998). *A la búsqueda del trabajo perdido*. Madrid: Tecnos.
- Collin, A. & Young, R. (2000). *The future of career*. Cambridge: Cambridge.
- Dejours, C. (2001). Flexibilité et nouvelles organisations de travail: incidences psychologiques. In Congrès Mondial de L'Association Internationale D'Orientation Scolaire et Professionnelle, *Actes du Congrès*. Paris: Unesco/Sorbonne.
- Dejours, C. (2003). Réhabiliter la normalité? *Le Passant Ordinaire*, 45/46, 21-28.
- Gingras, M. & Sylvain, S. (1998). Le modèle de Schlössberg pour expliquer les transitions personnelles et professionnelles. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 27 (3), 339-352.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC. (Originalmente publicado em 1975)
- Goetz, A. (1987). *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Habermas, J. (1983). *Textos escolhidos* (2ª ed.). São Paulo: Abril Cultural.

- Jahoda, M., Lazarsfeld, P. & Zeisel, H. (1997). *Emprego y desempleo: un análisis socio-psicológico*. Madrid: Morata. (Originalmente publicado em 1975)
- Jodelet, D. (2001). Os processos psicossociais da exclusão. In B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (2ª ed., pp. 53-66). Petrópolis: Vozes.
- Juranville, A. (1987). *Lacan e a filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Kraus, W. (1998). La fin des grands projets: le développement de l'identité dans le champ du travail comme navigation a vue. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 27 (1), 105-121.
- Marcuse, H. (1986). *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud* (8ª ed.). São Paulo: Guanabara/Koogan. (Originalmente publicado em 1968)
- Marx, K. (1980). *O capital (crítica da economia política): livro I, vol. I* (6ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Originalmente publicado em 1867)
- Mattoso, J. E. L. (1994). Trabalho sob fogo cruzado. *São Paulo em Perspectiva*, 8 (1), 13-21.
- Offe, C. (1985). *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense.
- Paugam, S. (2001). O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (2ª ed., pp. 66-88). Petrópolis: Vozes.
- Prado, J. L. A. (1996). O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 8 (1), 144-173.
- Ribeiro, M. A. (1998). Atelier de trabalho para psicóticos: uma possibilidade de atuação em orientação profissional. *Psicologia Ciência e Profissão*, 18 (1), 12-27.
- Ribeiro, M. A. (2001). Atelier de trabalho para psicóticos: uma atualização. *LABOR, Revista do Laboratório de Estudos sobre o Trabalho e Orientação Profissional*, 1 (0), 91-106.
- Ribeiro, M. A. (2004). *Orientação profissional para "pessoas psicóticas": um espaço para o desenvolvimento de estratégias identitárias de transição através da construção de projetos*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rifkin, J. (1995). *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books.
- Sawaia, B. B. (Org.). (2001). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (2ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Seligmann-Silva, E. (1999). Desemprego: a dimensão psicossocial. In Sociedad Interamericana de Psicologia, *La Psicología al fin del siglo: conferencias magistrales del XVII Congreso Interamericano de Psicología* (pp. 339-359). Caracas: Sociedad Interamericana de Psicología.
- Sennett, R. (1998). *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Sennett, R. (2006). *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Touraine, A. (1998). *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes.
- Turner, V. (1974). *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes.

**Endereço para correspondência**  
marcelopsi@uol.com.br

Recebido em: 19/03/2007  
Revisado em: 12/06/2007  
Aprovado em: 07/08/2007